



CIDADES INTELIGENTES

Elas apostam em sistemas que antecipam e ajudam a solucionar problemas cotidianos

VISTOS

Conheça os novos procedimentos

Visa

Get to know the new procedure

SUSTENTABILIDADE

Iniciativas no setor de mineração

SUSTAINABILITY

Initiatives in the mining industry

SMART CITIES

THEY BET ON SYSTEMS THAT ANTICIPATE AND HELP SOLVE EVERYDAY PROBLEMS

Dever de honestidade derivado do princípio da boa-fé na execução dos contratos

The obligation of honesty derived from the good faith principle in the execution of contracts

JUDITH MARTINS-COSTA E RAFAEL XAVIER

Em 13 de novembro passado, a Suprema Corte canadense declarou a incidência do princípio da boa-fé no direito contratual em caso de repercussão, porque marca importante viragem no entendimento acerca daquele princípio no âmbito do common law, aproximando-o da percepção vigente no civil law e, inclusive, no direito brasileiro. Tratou-se de afirmar a boa-fé objetiva como instituto jurídico cujas funções são: (i) a geração de deveres de comportamento aos contraentes, direcionando-os a uma conduta leal e coerente aos fins do contrato; (ii) o fornecimento de critério hermenêutico, viabilizando a interpretação do contrato e a integração de suas lacunas; e (iii) a atuação como limite ao exercício jurídico manifestamente desleal. No caso *Bhasin v. Hrynew*, 2014 SCC 71, a Corte canadense tratou de analisar se, na execução de um contrato de representação comercial, as partes estão sujeitas a agir honestamente por conta da incidência do princípio da boa-fé, a despeito da ausência de previsão contratual ou legal a esse respeito. E a resposta foi afirmativa.

O contrato de representação comercial fora fir-

Last November 13, the Supreme Court of Canada asserted the applicability of the good faith principle in contract law in cases of repercussion, because it characterizes an important shift in the understanding of said principle in the context of common law, drawing it closer to the prevailing perception in civil law, as well as in Brazilian law. The outcome consolidated objective good faith as a legal institute, whose functions are: (i) the generation of conduct obligations to contract parties, guiding them to loyalty and coherence in relation to contract objectives; (ii) providing a hermeneutic criterion, allowing for the interpretation of the contract and the integration of its blanks; and (iii) performance as a limit to a distinctly disloyal legal exercise. In the case *Bhasin v. Hrynew*, 2014 SCC 71, the Canadian Court assessed whether in the execution of a commercial representation contract the parties were obliged to act honestly due to the applicability of the good faith principle, notwithstanding the lack of a contractual or legal provision in that respect. The answer was affirmative.

The commercial representation contract had

mado entre a Canadian American Financial Corp (Can-Am) e o Sr. Bhasin, por meio de pessoa jurídica, para oferecer a potenciais interessados, planos de poupança educacional. Bhasin atuava como núcleo de uma boa equipe de vendas. Prevvia-se, também, cláusula de renovação automática, a menos que houvesse notificação de uma das partes com antecedência de seis meses, tendo sido o contrato renovado por três vezes.

Avizinhandose a época da quarta renovação, a Can-Am passou a adotar o que a Corte veio a qualificar como manobras enganosas (actively misleading or deceiving) que tiveram como consequência a denúncia contratual. Muito sinteticamente: a Can-Am também mantinha contrato de representação com o Sr. Hrynew, cujo interesse estava em proceder a uma fusão entre as suas agências e as do Sr. Bhasin, sendo este contrário à ideia. A Can-Am, então, contratou Hrynew para auditar as contas da sociedade de Bhasin, alegadamente para regularizá-la perante a Comissão de Valores Mobiliários de Alberta, com o que Hrynew teria acesso a informações confidenciais de Bhasin. Este negou fornecê-las, e, em consequência, a Can-Am decidiu não renovar o contrato com Bhasin.

Essas atitudes censuradas pela Corte caracterizaram, no seu modo de ver, conduta contratual desleal. Embora a notificação para a denúncia tenha se dado no prazo contratualmente previsto, aquelas manobras desleais atingiram o exercício do poder extintivo de denúncia, por contrariar a honestidade exigida dos parceiros contratuais.

Não prevaleceu sequer a alegação da Can-Am sobre a existência de cláusula de entendimento integral (Entire Agreement Clauses), pois a Corte interpretou-a segundo a boa-fé, reconhecendo a prevalência, no caso, de um dever de honestidade inerente ao contrato, cuja finalidade é impedir (mormente nos contratos contendo obrigações duradouras, como no caso) condutas “capciosas e arbitrárias” ou que viessem a se chocar com a honestidade e a razoabilidade comercial. ❀

been celebrated between Canadian American Financial Corp (Can-Am) and Mr. Bhasin, through a legal entity, to offer educational savings plans to potentially interested parties. Bhasin's role was to perform as the center-figure of a good sales team. There was also the contractual provision for automatic renewal, unless notice was to be given six months in advance by one of the parties, with the contract having been renewed three times.

With the fourth renewal period drawing closer, Can-Am started adopting what the Court qualified as actively misleading actions, which resulted in notice of termination of the contract. Very briefly: Can-Am had also celebrated a representation contract with Mr. Hrynew, whose interest was to bring about a merger between his enterprises and those of Mr. Bhasin, with the latter opposing the idea. Can-Am then contracted Hrynew to audit the accounts of Bhasin's business, allegedly to regulate it before the Alberta Securities Commission, whereby Hrynew would have access to confidential information on Bhasin. The latter refused to provide such information, and, hence, Can-Am decided to not renew the contract with Bhasin.

Such attitudes, rejected by the Court constituted, in its viewpoint, disloyal contractual conduct. Although the contract termination notice had been submitted within the contractual term, such disloyal actions affected the power to extinguish the accusation, since they contradicted the honesty required of contractual partners.

The allegation by Can-Am concerning the existence of an Entire Agreement Clause was to no avail, given that the Court interpreted it pursuant to the good faith principle recognizing, in this case, the prevalence of an honesty obligation inherent to the contract, whose purpose is to prevent [particularly in contracts entailing long-term obligations, as in this case] “captious and arbitrary” conduct, or such other conduct as might conflict with honesty and commercial reasonability. ❀